

DESENVOLVIMENTO: CONCEITO OU IDEOLOGIA?

BAZZANELLA, S. L; GODOI, C. N; MARCHESAN, J; S TOMPOROSKI, A. A. Desenvolvimento: conceito ou ideologia? v.10, n.1, jan.-abr. 2022, p.57-79. DOI: <http://dx.doi.org/10.51861/ded.dmvdo.1.005>

Lister de Freitas Albernaz

Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Centro Universitário Alves Faria.

E-mail: lfalbernaz@tjgo.jus.br.

A análise da obra dos autores teve como objetivo compreender a constituição e a consistência conceitual na composição do discurso científico sobre o desenvolvimento de localidades, regiões ou territórios. Os autores iniciam a reflexão sobre o referido objeto, apresentando a definição do que é um conceito.

Às vezes, a melhor maneira de representar uma pessoa, lugar ou coisa é fazer referência ao assunto sem reconhecê-lo totalmente. Isso é conhecido como conceito ou ideia abstrata. Os seres humanos desenvolvem conceitos sobre uma variedade de coisas diferentes, permitindo-nos navegar pelo mundo de forma mais eficaz. Mas, **o que é um conceito?**

O princípio básico de um conceito é que ele deve ser um pensamento ou crença, normalmente associado a algo no mundo objetivo. Os conceitos também podem existir na abstração, assim como nas equações matemáticas. A matemática é um bom exemplo de conceito porque as equações na álgebra referem-se a ideias de 'x', que é um conceito para um certo número que deve ser determinado. Outros conceitos podem existir na arte, na literatura e em muitas outras áreas do pensamento humano. No entanto, os conceitos são sempre hierárquicos, o que significa que podem ser muito amplos ou muito específicos. Esta lição explorará as diferentes formas que os conceitos podem assumir.

Primeiro, é preciso identificar como os conceitos são usados. Nas ocasiões em que os conceitos são mais específicos, existe uma linha tênue entre conceito e teoria que pode ser facilmente ignorada se não formos cuidadosos. Um conceito é uma ideia abstrata de algo ou uma noção geral, enquanto uma teoria explica como as coisas funcionam ou vêm a ser. Os conceitos não são tão rígidos quanto as teorias.

Por exemplo, ciências como ciência cognitiva e psicologia referem-se frequentemente ao conceito de pensamentos intrusivos, referindo-se a pensamentos indesejados que surgem na mente. Existem vários métodos para se livrar dos pensamentos intrusivos que alguém experimenta. A teoria psicológica por trás dos pensamentos intrusivos visa explicar como esses pensamentos surgem e como eles podem ser tratados.

Os conceitos são classificados com base em quão especificamente eles se

referem ao princípio real. Existe um tipo de espectro de conceitos em que um lado do espectro inclui conceitos extremamente abstratos e amplos, como o universo e o termo ciência, e do outro lado do espectro de conceitos haveria conceitos mais específicos, como balançar um bastão ou indo para uma corrida. Há um nome para ambos os lados desse espectro de conceito, bem como para o meio.

Essa ideia de alguns tipos de conceitos serem mais amplos do que outros é conhecida como modelo hierárquico de classificação de conceitos. O modelo hierárquico vê os diferentes tipos de conceitos como uma pirâmide com os conceitos mais amplos ocupando a base e os conceitos mais específicos e minuciosos no topo da pirâmide. De baixo para cima, os conceitos são rotulados de superordenado, básico e subordinado.

As discussões de conceitos nas ciências sociais tendem a ser uma questão de escolha de termos e, mais importante, de suas definições. Pode-se falar tanto em descobrir quanto em inventar conceitos, como em mudar e desenvolver conceitos. Na medida em que determinadas teorias requerem certos conceitos, bem como se pode dizer que os conceitos incorporam teorias, não há uma linha nítida entre a escolha de teorias e a escolha de conceitos. No entanto, teorias inteiras são pensadas principalmente como verdadeiras ou falsas, conceitos são mais naturalmente descritos como aplicáveis ou inaplicáveis, válidos ou inválidos, úteis ou inúteis.

Os autores Bazzanella, Godoi, Marchesan e Tomporoski (2022) descreveram que, diante dos aspectos selecionados em torno da discussão empregada, estabelecem-se variáveis, neste segmento do texto, permitindo reconhecer aspectos constitutivos do conceito. Nessa direção, apresentam três variáveis que parecem imprescindíveis no reconhecimento de um conceito, posto que o diferem de uma simples terminologia ou de uma ideia geral.

A primeira variável constitutiva do conceito reside no reconhecimento de sua condição estratégica para mobilizar a percepção e ativar o pensamento nas investidas de apreensão dos entes externos à condição humana. Desse modo, o conceito passa a mobilizar formas de representação e compreensão que permitem afirmar uma determinada realidade.

A segunda variável constitutiva do conceito reside na precisão da descrição de aspectos que conformam determinado fenômeno, ou objeto sob investigação, ao assumir uma condição tecnicamente precisa diante da necessidade de expressão, de interpretação, análise e compreensão da realidade. Assim, decorrente de sua tecnicidade, o conceito passa a ser utilizado didaticamente como forma de exposição de argumentos, de ideias e/ou teorias, cuja validade requer a evidência de coerência e consistência no encadeamento de características e significados constitutivos do arcabouço conceitual.

Por sua vez, a terceira variável constitutiva do conceito é a afirmação de sua universalidade abstrata, que designa com precisão entes e fenômenos que se apresentam à sensibilidade. É sob essa conformação que os conceitos podem ser organizados sistematicamente e aplicados na articulação de representações de propriedades invariantes de determinadas categorias do pensamento.

Após as reflexões sobre o termo ‘conceito’, os autores trataram de considerar as seguintes questões: a partir de que critérios se estabeleceu o “ideal” de desenvolvimento? De um modo geral, a ciência iluminista valorizava muito o empirismo e o pensamento racional e estava incorporada ao ideal iluminista de avanço e progresso. Como na maioria das visões do Iluminismo, os benefícios da ciência não eram vistos universalmente.

Com isso, a afirmação do termo desenvolvimento em sua condição ideológica se apresenta como um marco histórico importante no pós Segunda Guerra Mundial, mais especificamente em 1949, no discurso do Presidente dos Estados Unidos Henry Truman. O filósofo inglês Thomas Hobbes inaugurou um novo debate sobre o governo com sua obra *Leviathan* em 1651. Hobbes também desenvolveu alguns dos fundamentos do pensamento liberal europeu: o direito do indivíduo; a igualdade natural de todos os homens; o caráter artificial da ordem política (que levou à posterior distinção entre sociedade civil e Estado); a visão de que todo poder político legítimo deve ser “representativo” e baseado no consentimento do povo; e uma interpretação liberal da lei que deixa as pessoas livres para fazer tudo o que a lei não proíbe explicitamente.

Assim, para os autores do referido artigo, do ponto de vista técnico e didático, o conceito de desenvolvimento apresenta-se em sua multiplicidade de adjetivos em duas perspectivas.

A fim de compreenderem o conceito de **Desenvolvimento como Ideologia**, os autores iniciam a reflexão conceituando o termo ‘ideologia’, o conceito de ideologia teve múltiplos significados historicamente construídos. Hoje, conforme definido pelo filósofo italiano Norberto Bobbio, o termo é mais conhecido como um conjunto de ideias e valores filosóficos, políticos e sociais que caracterizam o pensamento e orientam as ações de um indivíduo, sociedade, grupo, movimento ou período histórico.

Como todas as ideologias, o desenvolvimento promete uma resposta final abrangente para todos os problemas da sociedade, desde a pobreza e o analfabetismo até a violência e os governantes despóticos. Para os autores Bazzanella, Godoi, Marchesan e Tomporoski (2022) a partir dos anos 80, século XX, a ideologia do desenvolvimento assume contornos advindos do ideário neoliberal produzido e difundido pelos países ditos desenvolvidos.

Trata-se entre outras questões também do fenômeno que se expressa na implementação da globalização econômica e da conformação especulativa e financeira do capital global. As instituições multilaterais permanecem as mesmas, mas os receituários para o desenvolvimento de povos e países assumem outra conformação. Com o desmantelamento da URSS e o fim da guerra fria, tratou-se de incluir o mundo em uma era de prosperidade patrocinada pela liberdade de mercado de produtos e capitais.

Os autores ressaltam que o neoliberalismo é um modelo de política que abrange tanto a política quanto a economia. Favorece a iniciativa privada e busca transferir o controle dos fatores econômicos do governo para o setor privado. Muitas políticas neoliberais dizem respeito ao funcionamento eficiente do capitalismo de livre

mercado e se concentram em limitar os gastos do governo, a regulamentação do governo e a propriedade pública.

Apontam, também, que o neoliberalismo insiste no pressuposto em que os países em desenvolvimento removam os obstáculos ao capitalismo de livre mercado e permitam que o capitalismo gere desenvolvimento. O argumento é que, se for permitido trabalhar livremente, o capitalismo gerará riqueza que escorrerá para todos. Outra maneira de colocar isso é que os neoliberais acreditam que a iniciativa privada, ou as empresas, devem assumir a liderança do desenvolvimento. Eles acreditam que se os governos promoverem um ambiente favorável aos negócios que incentive as empresas a investir e produzir, isso levará as exportações que, incentivarão o livre comércio. Portanto, encorajar o 'livre' comércio é uma estratégia neoliberal central para o desenvolvimento regional e local.

Porém, descrevem a existência de uma percepção de que os discursos em torno da terminologia de desenvolvimento apresentam significativos limites para que se possam tomá-los, ou mesmo afirmá-los, como científicos. Refletem a necessidade de uma formulação criativa de novos discursos, de novas ideias, de revitalização de que o desenvolvimento, deve ser acessível a todos.

Entendem que o desenvolvimento passou a ser uma demanda regional e impacta sobre a dimensão local e regional de várias formas, em especial o nível de desenvolvimento regional a partir da produção de commodities, de produtos industrializados, de serviços, e no acesso e consumo da população local/regional de mercadorias e serviços públicos. Refletem que responsabilidade na articulação de iniciativas deve ser pautada na dimensão local e regional na articulação de iniciativas que possam promover o desenvolvimento, desonerando o Estado do planejamento, implementação e investimentos em políticas públicas de fomento ao desenvolvimento humano, social e econômico.

Assim, os autores da obra analisada concluem que o caráter ideológico se sobressai quando se observa que sua emergência no cenário internacional se constitui no contexto de posicionamento geopolítico e estratégico do capitalismo norte-americano e europeu, frente a experiências políticas, sociais e econômicas do socialismo soviético e de outros países que após processos revolucionários aderiram ao socialismo.

Finalizam com a análise de que as possibilidades do desenvolvimento se encontram vinculadas à política econômica imposta pelos mercados controlados pela economia financeira e especulativa global, cabendo ao Estado o papel de agência reguladora dos interesses do capital. O desenvolvimento passa a ser atribuição e responsabilidade local, regional e territorial.